



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 10/2022/CTAL-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.012647/2022-41

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: **Proposta de Resolução do CNRH que aprova os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Verde Grande.**

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de resolução a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que aprova os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Verde Grande.
2. A proposta de resolução foi encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTOC, nos termos aprovados na 17ª Reunião da CTOC, ocorrida em 26 de outubro de 2022, por meio do Parecer nº 3/2022/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH.
3. O processo foi então submetido a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, que avaliou os aspectos legais e de forma da minuta apresentada.
4. Assim, segue as considerações, bem como o texto expresso da moção para apreciação do plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

5. Considerando as competências dadas pelo [Decreto 10.000, de 13 de setembro de 2019](#), para “*analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas*”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL na sua 17ª Reunião, realizada por meio virtual em 4 de novembro de 2022, avaliou a proposta de resolução encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTOC, que *dispõe sobre os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande*.
6. Nesta ocasião, a relatora da CTOC, Liliana Pimentel, relatou aos membros da CTAL sobre as discussões que se desenrolaram no decorrer da 16ª e 17ª Reunião da CTOC, em que o assunto foi debatido, e que pode ser resumido com a citação do Parecer nº 3/2022/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH, abaixo.

I - INTRODUÇÃO

Compete ao CNRH a definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, propostas pelos Comitês de Bacia Hidrográficas, observadas as disposições da Resolução CNRH nº 48, de 21 de março de 2005, que estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos exarou a Resolução CNRH nº 171, de 9 de dezembro de 2015, aprovando a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

A Resolução CNRH nº 192, de 19 de dezembro de 2017, dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, observando as normas e procedimentos vigentes, encaminhou à Secretaria do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (SEI 3856588) a proposta contida na Deliberação CBHVG nº 096/2022, que sugere novos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Verde Grande;

A solicitação foi direcionada primeiramente à Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que analisou a proposta do comitê, ouvindo também a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, obedecendo aos regramentos legais vigentes que estabelecem a sua competência.

Esse parecer apresenta a síntese das discussões e o posicionamento da CTOC-CNRH sobre a matéria.

II - SÍNTESE DAS DISCUSSÕES HAVIDAS DURANTE A 15ª REUNIÃO DA CTOC

Durante a análise da proposta da metodologia de cobrança pelo CBHVG iniciada na 15ª Reunião da CTOC, em agosto de 2022, houve a apresentação preliminar por parte da Diretoria do CBH Verde Grande, quanto aos estudos e análises realizados e o processo de debate e aprovação naquele colegiado.

Os relatos feitos à CTOC dão a conhecer que foram ouvidos, no âmbito do comitê, os representantes de todos os setores, notadamente registrando o consenso quanto à sugestão de atualização de valores com base não apenas na necessidade do CBH mas também na capacidade de pagamento dos outorgados naquela bacia. A decisão do colegiado foi aprovada pela Deliberação CBHVG nº 096/2022.

Não havia ainda, por ocasião da 15ª Reunião da CTOC, sido disponibilizada a Nota Técnica da Agência Nacional de Águas para subsidiar a análise completa da matéria pela Câmara. Dessa forma, o assunto foi discutido com base nas apresentações realizadas, sendo feita uma análise prévia durante a reunião.

Os encaminhamentos apontaram para a solicitação à ANA de que fosse elaborada nota técnica sobre a Deliberação CBH-VG nº 096/2022, que foi discutida então na 16ª CTOC, realizada em 16 de setembro de 2022 (Nota Técnica nº 22/2022/CSCOB/SAS – Processo SEI 59000.015665/2022-84).

Restou claro nessas discussões que a Agência não aponta para a sustentabilidade financeira da Delegatária caso se pratiquem os valores apontados pela Deliberação CBHVG nº 096/2022. No entanto, a Diretoria do Comitê ponderou que os valores da cobrança apresentados na Nota Técnica da ANA não consideraram os valores que serão cobrados na porção mineira da Bacia. Além disso, comentou-se que, pelo contrato de gestão vigente com a ANA, poderão apresentar uma proposta de estrutura administrativa da Agência Peixe Vivo que seja sustentável, com prazo até dezembro de 2022 para apresentação das informações.

A Minuta de Resolução foi apresentada, discutida e preparada coletivamente durante a 17ª Reunião da CTOC, ocorrida em 26 de outubro de 2022, resumindo os pontos principais expressos ao longo da Nota Técnica da ANA adicionados do posicionamento dos diversos setores que compõem a câmara técnica, gerando a versão anexa a este Parecer, encaminhado para submissão à análise da CTAL.

III - CONCLUSÃO

A CTOC sugere a **aprovação dos mecanismos e valores de cobrança propostos pelo CBH-Verde Grande**, nos termos da Deliberação CBH-VG nº 096/2022, e encaminha Minuta de Resolução anexa a este parecer.

Encaminha-se à CTAL: a Deliberação do Comitê Verde-Grande (SEI 3856589), a Nota Técnica n. 22/2022/CSCOB/SAS (SEI 3948295) e a Minuta de Resolução (SEI 3998161) para análise jurídica e emissão de parecer que possa subsidiar a deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos acerca dos mecanismos e dos novos valores propostos dos preços públicos unitários utilizados nos cálculos de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia do Rio Verde Grande.

Este é o parecer, preparado conjuntamente com a relatoria da CTOC.

LILIANA PIMENTEL

ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA

Coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

ANEXO

Ministério do Desenvolvimento Regional

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

RESOLUÇÃO Nº xxx, DE xx DE xxxxxx DE 2022.

Dispõe sobre os novos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, considerando o Processo n. 59000.012647/2022-41, resolve:

Art. 1º Aprovar os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, nos termos da Deliberação CBHVG nº 096/2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

7. Durante a avaliação na CTAL os representantes do Comitê Verde Grande se manifestaram, detalhando as questões apontadas no parecer da CTOC, especialmente quanto a viabilidade financeira da proposta apresentada. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico trouxe alguns pontos positivos e negativos da proposta apresentada pelo CBH Verde Grande, constante da Nota Técnica n. 22/2022/CSCOB/SAS.

8. Diante das manifestações, restou claro aos membros da CTAL que as questões de mérito foram devidamente apreciadas pela CTOC.

9. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, disposta na [Lei nº 9.433/97](#) e no [Decreto 10.000/2019](#), de definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, nos termos do disposto no inciso [VI do caput do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000](#).

10. Em atendimento, o CBH Verde Grande encaminhou a Deliberação CBHVG nº 096/2022 que “estabelece novos mecanismos e sugere valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Verde Grande”, aprovada, por unanimidade, na 37ª Reunião Ordinária da Plenária do CBH Verde Grande, ocorrida em 07 de junho de 2022.

11. A tramitação no âmbito do Conselho atendeu aos quesitos de competência para a análise de mérito dessa matéria. De acordo com o art. 9 do Decreto 10.000/2019, cabe à CTOC analisar e emitir parecer sobre os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União sugeridos pelos comitês de bacia hidrográfica, nos termos do disposto no [inciso VI do caput do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000](#).

12. A forma jurídica adotada é válida. É regimental o uso da Resolução "quando se tratar de deliberação vinculada às suas competências legais”.

13. Quanto a redação, em atendimento ao [Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos, foi inserido o art. 2 para revogar a [Resolução CNRH nº 171, de 9 de dezembro de 2015](#), que aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

14. Por solicitação do representante do segmento, Pesca, Lazer e Turismo, foi excluído a palavra "novos", do escopo da proposta, considerado desnecessário para a aplicação da norma.

15. Considerando o atendimento ao aspecto legal e após ajustes de forma, a CTAL/CNRH aprovou por unanimidade a proposta de resolução que aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, nos termos da minuta constante do anexo deste parecer, com a seguintes alterações:

Dispõe sobre os ~~novos~~ mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, considerando o Processo n. 59000.012647/2022-41, resolve:

Art. 1º Aprovar os ~~novos~~ mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, nos termos da Deliberação CBHVG nº 096, de 7 de junho de 2022.

Art. 2º **Revogar a Resolução CNRH nº 171, de 9 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 10 de fevereiro de 2016, Seção 1, páginas 55 e 56.**

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

16. Diante do exposto, estando presentes a motivação, forma, finalidade, objeto e competência do ato, opina-se pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

CONCLUSÃO

17. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentada na sequência deste parecer.

18. Encaminha-se junto ao processo para subsidiar a deliberação do Plenário do Conselho CNRH: a A Deliberação CBHVG nº 096/2022; a Nota Técnica n. 22/2022/CSCOB/SAS; Parecer nº 3/2022/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH, OFÍCIO CBHVG nº 091/2022/PARECER TÉCNICO.

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2022

Dispõe sobre os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH), no uso das competências que lhe são conferidas pelas leis [nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e nº [9.984, de 17 de julho de 2000](#), e pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, considerando o Processo n. 59000.012647/2022-41, resolve:

Art. 1º Aprovar os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, nos termos da Deliberação CBHVG nº 096, de 7 de junho de 2022.

Art. 2º Revogar a Resolução CNRH nº 171, de 9 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 10 de fevereiro de 2016, Seção 1, páginas 55 e 56.

Art. 3º Esta Resolução entra em 1º de janeiro de 2023.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR

Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 14/11/2022, às 16:24, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4019400** e o código CRC **28777883**.